

**A. I. Nº** - 206922.0029/06-5  
**AUTUADO** - CASA DO SAPATEIRO COMÉRCIO DE COUROS LTDA.  
**AUTUANTE** - MARCOS LOPEZ COSTA SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 19/06/2007

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0179-03/07**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Refeitos os cálculos, o débito apurado ficou reduzido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 17/07/2006, refere-se à exigência de R\$2.621,77 de ICMS, acrescido da multa de 50%, tendo em vista que foi constatado recolhimento efetuado a menos do ICMS por antecipação ou substituição, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias de outro Estado (Antecipação Parcial).

O autuado apresentou impugnação à fl. 146, alegando que contesta parcialmente a exigência fiscal, salientando que após o autuante solicitar os DAEs relativos à antecipação parcial e notar a falta de recolhimento de três parcelas referentes ao mês 08/2005, no valor de R\$1.000,50, cada parcela, considerou como não pagas, mas foi informado que os comprovantes de recolhimento não tinham sido encontrados, embora o defendente tivesse certeza do pagamento efetuado, tendo sido apresentado o histórico dos DAEs, e lá constavam os três pagamentos. Diante da lavratura do presente Auto de Infração, o defendente foi instruído pelo autuante a parcelar o débito sem considerar o valor pago e exigido indevidamente. O autuado pede a “baixa da referida cobrança”, por se tratar de débito exigido por equívoco, e se coloca à disposição do Fisco para esclarecimento de quaisquer dúvidas e comprovar as alegações defensivas.

O autuante, em sua informação fiscal à fl. 154 dos autos, diz: “tendo em vista o argumento do contribuinte, e a veracidade do fato podendo ser comprovada às folhas 11 e 150 deste, sugerimos a redução do referido valor (R\$1.000,50) do montante do mês de agosto de 2005, ficando o novo débito, do mês, em R\$333,97 e R\$515,80 no exercício de 2005. Fica mantido o valor do exercício de 2004”.

Intimado da informação fiscal prestada pelo autuante, o defendente apresentou nova manifestação à fl. 158, informando que reconhece o débito no valor de R\$1.621,25, com a retificação do imposto referente ao mês 08/2005 para R\$338,95, acatando os demais valores exigidos no presente lançamento. Requereu e foi deferido parcelamento correspondente ao valor reconhecido, conforme extrato SIGAT à fl. 165.

#### **VOTO**

O presente Auto de Infração trata da falta de recolhimento do imposto relativo à antecipação parcial das mercadorias adquiridas para comercialização, conforme demonstrativos às fls. 13 a 16 e 106/107 dos autos.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96:

*“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.*

O autuado alegou em sua defesa que constatou erro no levantamento fiscal, tendo em vista que não foi considerado o pagamento referente ao mês 08/2005, no valor de R\$1.000,50, conforme cópias dos DAEs (fls. 148/149) e cópia do extrato de pagamentos – histórico dos DAEs (fl. 150), que acostou aos autos. Reconhece o débito no valor total de R\$1.621,25, com redução do débito relativo ao mês 08/2005 para R\$338,95.

Analisando os documentos acostados ao presente processo, o autuante concluiu que assiste razão ao defendente, e por isso, informou à fl. 154 que o total do débito no mês 08/2005 deve ser alterado para R\$333,97, ficando mantido integralmente o valor apurado no exercício de 2004.

Constato pela Relação de DAEs do ano de 2005, Informações do Contribuinte – INC, expedida pela DARC – GEIEF (fl. 11), que foram efetuados diversos recolhimentos referentes ao mês 08/2005 com as respectivas datas de pagamento: R\$1.000,49 (27/09/05), R\$357,52 (25/10/05), 357,53 (25/10/05), R\$1.000,50 (25/10/05), R\$1.000,50 (25/11/05), 357,52 (25/11/05). Como os pagamentos foram efetuados antes da ação fiscal, encontrando-se o valor alegado pelo defendente de R\$1.000,50, tal recolhimento elide parcialmente a exigência fiscal correspondente ao mês 08/2005, sendo devido o saldo remanescente, no valor de R\$338,97.

Quanto aos demais valores exigidos no presente Auto de Infração, não houve qualquer contestação pelo defendente, tendo sido apurados conforme Notas Fiscais acostadas aos autos e respectivos demonstrativos elaborados pelo autuante às fls. 13 a 16 e 106 do PAF.

Entendo que deve ser acatada a alegação defensiva, considerando elidida parte da exigência da antecipação parcial, e por isso, é devido o imposto conforme demonstrativo de débito abaixo:

DATA	DATA	VALOR DO
DE	DE	DÉBITO
OCORRÊNCIA	VENCIMENTO	R\$
31/08/2005	25/09/2005	338,97
31/05/2004	25/06/2004	723,41
30/06/2004	25/07/2004	26,66
31/07/2004	25/08/2004	226,47
31/08/2004	25/09/2004	123,93
31/07/2005	25/08/2005	181,83
<b>T O T A L</b>		<b>1.621,27</b>

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 206922.0029/06-5**, lavrado contra **CASA DO SAPATEIRO COMÉRCIO DE COUROS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.621,27**, acrescido da multa de 50%,

prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de junho de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR